

O 'think tank' local Centro de Política de Sabedoria Colectiva realizou ontem uma conferência de imprensa para divulgar o "Relatório sobre o Combate aos Crimes Relacionados com a Droga de 2018", que analisa o 'status quo' e as características de crimes relacionados com drogas em Macau e os desafios nos combates anti-drogas, e apresenta medidas correspondentes, incluindo a reabilitação obrigatória, programas de cooperação, métodos tecnológicos, campanhas de sensibilização pública e, em particular, penalização.

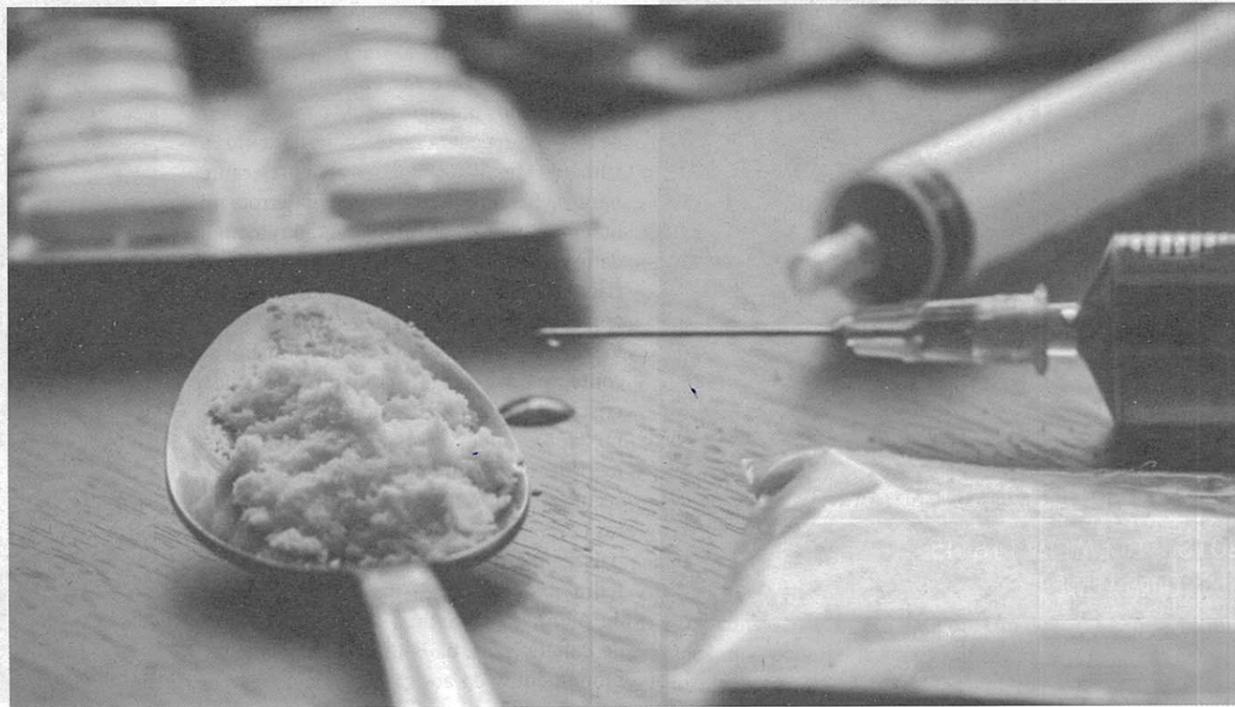
O relatório analisa estatísticas partindo de várias perspectivas, como tipos de crimes e idades e nacionalidades de suspeitos, e sumaria cinco características dos crimes relacionados em Macau: localidades isoladas ou "ocultas", utilizadores mais jovens, novos tipos de drogas, mais crimes transfronteiriços e canais inteligentes.

Dois vice-directores do centro, Isabel Cheong e Chan Ka Leong, alertaram na conferência de imprensa que Macau se tornou num "paraíso das drogas" para toxicómanos e estação de transferência favorita para os traficantes, que é o resultado de penalizações que são "muito mais leves" do que noutros locais, como a China continental e Taiwan, onde os traficantes de droga podem estar sujeitos à pena de morte, ou Hong Kong, onde a pena máxima é prisão perpétua. A pena pelo tráfico de droga

# Centro de Política de Sabedoria Colectiva defende penas mais duras no combate às drogas

Um dia antes do Dia Internacional da Luta Contra o Uso e Tráfico Ilícito de Drogas, o Centro de Política de Sabedoria Colectiva publicou um relatório que apresenta uma análise aos crimes e esforços anti-droga em Macau e oferece sugestões de melhoria, em particular uma penalização mais severa.

STACEY QIAO  
STACEYQIAO.PONTOFINAL@GMAIL.COM



em Macau, após a alteração da Lei nº 17 / 2009 - "Proibição da produção ilegal, tráfico e abuso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas" em 2016, é de cinco a 15 anos de prisão. O 'think tank' ar-

gumentou que a penalização mais suave das quatro sociedades do Estreito contribui para que Macau atraia traficantes, e propôs revisões regulares da lei. Também sugeriram que a pena de prisão

deve ser ainda classificada, por exemplo entre cinco a nove anos para um pequeno volume de tráfico de droga e entre 10 a 15 anos para grandes volumes. O relatório destaca também

a importância de impor uma penalização mais pesada para a condução sob o efeito de drogas e de abolir o sistema que permite que as multas substituam as sentenças, de modo a melhorar a efeito dis-

suasivo. O relatório favorece expressamente a punição severa, que considera fundamental para o combate aos crimes relacionados com drogas, e modelos como aqueles de lugares como a China continental e Taiwan. No entanto, uma pesquisa a nível mundial parece mostrar que a punição severa não é dominante. De acordo com um artigo da The Economist, publicado em 2015, "32 países, principalmente na Ásia e no Médio Oriente, têm a pena de morte pelo tráfico de drogas, mas apenas seis realmente a aplicam, ou seja, China, Irão, Arábia Saudita, Vietname, Malásia e Singapura". Para além de uma penalização mais severa, o relatório chama a atenção para os casos crescentes de pessoas de Hong Kong envolvidas no tráfico de droga em Macau, e pede o reconhecimento judicial com a RAHEK. "Isso poderia efectivamente acabar com as falhas que permitem que os residentes de Hong Kong condenados por crimes relacionados com drogas em Macau não tenham registo criminal em Hong Kong", afirmou Cheong. O Centro também acredita que devem ser realizadas operações especiais em certos períodos e locais e campanhas anti-droga devem ser lançadas para aumentar a consciencialização através de métodos diversos, como exposições anti-drogas, educação comunitária e parental e distribuição de informação sobre novos tipos de drogas.



## IACM devolve 650 formulários de adopção à Anima

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) vai devolver à Anima os 650 formulários de adopção remetidos ao organismo pela Sociedade Protectora dos Animais de Macau. De acordo com a Rádio Macau, José Tavares, presidente do conselho de administração do IACM, alegou que os galgos são propriedade da Companhia Yat Yuen. "Eles remeteram-nos 650 pedidos de adopção. E hoje [ontem] escrevi uma carta, dizendo que vamos restituir os 650 pedidos. Deverão ser eles a pedir directamente à Companhia de Corridas de Galgos, e não a nós, porque os galgos não nos pertencem. Devolvi novamente para a Anima, para o Albano Martins", afirmou Tavares, citado pela mesma emissora. Albano Martins, presidente da Anima, respondeu, de acordo com a Rádio Macau, que vai hoje decidir o que fazer com os pedidos de adopção. "Temos duas opções: ou vamos lá com a imprensa para testemunharem ou enviamos por correio com a imprensa como testemunha", adiantou.

EDUARDO MARTINS